



Agressores de mulheres podem ter que frequentar reabilitação

Juiz poderá determinar reeducação de condenado, de acordo com projeto que vai à Câmara. Senado aprovou também política de estatísticas sobre violência de gênero

Projeto que inclui na Lei Maria da Penha a possibilidade de curso de reabilitação para agressores de mulheres foi aprovado ontem pelo Senado. A medida foi baseada em experiências bem-sucedidas adotadas em São Paulo, Rio Grande

do Norte e Mato Grosso. Em cursos e encontros, foram discutidos temas como identidade de gênero, machismo e responsabilidade sobre os próprios atos. Em um centro de reabilitação com 400 homens, não houve reincidência. **3**

Dados vão ajudar a combater as agressões

O Senado aprovou também a criação da Política Nacional de Informações Estatísticas relacionadas à violência contra a mulher. O projeto visa integrar os órgãos de atendimento à mulher, com um cadastro

nacional de informações sobre as agressões, as medidas protetivas e os processos na Justiça. O cadastro possibilitará avaliação crítica das políticas de enfrentamento à violência contra mulheres. **3**



Em sessão presidida por Renan, representantes do Legislativo e do Judiciário participam do lançamento da campanha

Campanha pela participação feminina é lançada no Congresso

Antes da aprovação dos dois projetos da pauta feminina pelos senadores, o Congresso realizou sessão solene para lançar a campanha Mulher na Política, do Tribunal Superior Eleitoral. O Brasil ocupa hoje a 121ª posição em ranking mundial sobre representação da

mulher nos cargos eletivos.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou na solenidade que a Casa tem tomado iniciativas buscando incrementar a participação, como a criação da Procuradoria e do Observatório da Mulher. **2**

Prazo para cadastro rural poderá ser ampliado **6**

Bloqueio de vias é tema de texto que tranca a pauta **3**

Instalada comissão de MP sobre Justiça Antidopagem **6**

Audiência avalia reajuste dos planos de saúde **4**



Obra no Rio São Francisco receberá mais verba para levar água ao sertão

Plenário aprova liberação de R\$ 1,3 bilhão em crédito extra

Os recursos foram destinados por medida provisória a ministérios, órgãos de infraestrutura e transferências a estados e municípios. Entre as ações contempladas, es-

tao revitalização do Rio São Francisco, combate ao *Aedes aegypti* e ajuda a cidades capixabas atingidas pelo rompimento de barragem em Minas Gerais. **7**

Debatedores pedem leis menos punitivas contra porte de drogas

No segundo debate da Comissão de Educação sobre projeto com mudanças no Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, foram propostos um aumento no limite de

porte de droga a ser definido como critério para diferenciar usuário de traficante e a regulamentação do cultivo doméstico e do uso da maco-nha para fins medicinais. **5**



Lasier Martins (C) preside debate sobre projeto da Câmara de que é relator

Impeachment é criticado na frente pró-trabalhador

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores foi lançada ontem em reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado. A maioria dos parlamentares presentes fez críticas ao processo de impeachment, que também foi tema de vários discursos em Plenário. A frente, formada por senadores e deputados, visa barrar as propostas que ameacem direitos trabalhistas. **8**

Professores veem necessidade de plano para sírios

Especialistas ouvidos ontem no Senado pediram cautela ao Brasil na negociação com a União Europeia para receber refugiados sírios. A professora Arlene Clemesha defendeu que o Brasil dê preferência aos refugiados que vierem diretamente do Oriente Médio, em vez daqueles que não conseguiram ficar na Europa. O professor Hussein Kalout disse que o governo precisa planejar a inserção dos sírios no país. **7**

Ativistas cobram respeito a direitos de pessoas autistas

Em audiência, familiares, especialistas e agentes públicos discutiram as políticas de atendimento ao autismo no Brasil. Apesar de avanços na legislação, muitos direitos garantidos no papel ainda não são realidade, avaliaram.

Os debatedores ressaltaram a importância do apoio às famílias dos autistas e denunciaram dificuldades no atendimento de pessoas com quadro severo do transtorno. Amanhã é o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. **4**



Paulo Paim, que coordena a audiência, afirma que é preciso cobrar cumprimento de lei de proteção aos direitos do autista

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Renan Calheiros (C), ao lado de Dias Toffoli, preside sessão solene do Congresso Nacional para lançamento da campanha

Campanha do TSE quer mais mulheres na política

Tribunal Superior Eleitoral pretende estimular a participação feminina em cargos eletivos no Brasil, país que ocupa hoje a 121ª posição em ranking mundial sobre representação da mulher na política

QUANDO SE TRATA de representação feminina na política, o Brasil ocupa a 121ª posição no ranking mundial. Com a intenção de tentar equilibrar o jogo em relação à igualdade de gênero no Parlamento, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou ontem a campanha Mulher na Política. O evento foi realizado em sessão solene do Congresso Nacional, com a participação de senadores, deputados e representantes da sociedade civil.

O presidente do TSE, ministro Dias Toffoli, disse que a Corte tem feito a parte dela ao interpretar a legislação eleitoral de forma a amplificar a participação feminina. Ele citou decisões recentes penalizando partidos por descumprirem regras de cotas do Fundo Partidário e por não incluírem pautas relacionadas à temática no horário eleitoral obrigatório.

O presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, lembrou que apenas 10% dos prefeitos e 12% dos vereadores são mulheres. Segundo ele, tal fenômeno acaba produzindo uma representação também pequena em Brasília, em que as mulheres são 44 deputadas entre 513 representantes e 13 entre 81 senadores.

Renan ressaltou ainda que o Senado tem tomado iniciativas buscando incrementar essa participação, por meio da criação da Procuradoria e do Observatório da Mulher.

Queixas

A coordenadora da bancada feminina da Câmara, deputada Dâmina Pereira (PSL-MG), cobrou dos partidos a oferta de melhores condições para que elas disputem um cargo público.

— As cotas partidárias mostraram-se insuficientes. As mulheres viraram laranjas, não há inclusão, pois as legendas não dão o tempo de TV ou rádio, não distribuem igualmente os recursos e ocupam as cotas para que elas virem meros cabos eleitorais.

A titular da Procuradoria Especial da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), defendeu a inclusão do tema na reforma política:

— Do que precisamos é de uma reforma política profunda que permita que o Parlamento seja o espelho da nossa sociedade na sua composição — disse, ao registrar o baixo número também de negros e operários com cargos eletivos.

Assim como Vanessa, a procuradora da Mulher na Câ-

mara dos Deputados, Elcione Barbalho (PMDB-PA), observou que o Brasil tem uma das taxas mais baixas do mundo de presença de mulheres em cargos eletivos. Segundo ela, ainda existe muito preconceito contra as mulheres na política.

— A própria mulher cria barreiras para votar em mulheres. Somos mais da metade do eleitorado e ainda precisamos pedir que nos deem espaço.

Juventude

A presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), Camila Lanes, destacou o “expressivo” aumento da participação de mulheres, especialmente negras, no movimento estudantil por todo o país.

Camila lembrou que a própria Ubes conta hoje com uma maioria feminina em sua direção, sendo muitas delas negras. Também a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Associação Brasileira de Pós-Graduandos (ABPG) são presididas por mulheres.

— Todas jovens. Nunca houve tantas meninas em grêmios estudantis, DCEs (diretórios centrais de estudantes), CAS (centros acadêmicos) e representações municipais como temos hoje — frisou.

CPI do HSBC tem trabalho prorrogado até outubro

Foi anunciada na terça-feira a prorrogação dos trabalhos da CPI do HSBC, que investiga contas não declaradas de brasileiros na Suíça. Instalada em março de 2015, a CPI já havia obtido uma extensão no prazo dos trabalhos. Com a nova prorrogação, o prazo final, que seria em 30 de abril, passa a ser o dia 27 de outubro deste ano.

A última reunião da CPI foi

feita em dezembro de 2015. A previsão era de que os trabalhos fossem encerrados antecipadamente, por causa da dificuldade de obter dados para a investigação. Em janeiro deste ano, no entanto, a Justiça francesa autorizou a liberação dos dados do escândalo conhecido como Swissleaks. Com isso, a CPI do HSBC terá acesso a toda a documentação referente aos correntistas da filial

do banco em Genebra e poderá continuar investigando.

O banco é acusado de ter facilitado a evasão de divisas para clientes de diversas nacionalidades entre 2005 e 2007. Estima-se que US\$ 7 bilhões tenham deixado o Brasil sem a devida prestação de contas. O esquema foi denunciado por um ex-funcionário do HSBC e é alvo de investigações na França e no Brasil.

ILB faz oficinas para câmaras municipais de Mato Grosso

Vinte e nove técnicos e assessores de 16 câmaras municipais de Mato Grosso participam, até hoje, da oficina de Portal Modelo oferecida pelo Interlegis.

Realizada a pedido de Wellington Fagundes (PR-MT), a oficina oferece a possibilidade de criação de sites personalizados para as câmaras municipais.

O município de Sinop está sediando o evento, que ocorre com o apoio da Assembleia Legislativa de Mato Grosso,

da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e de câmaras municipais.

Também está sendo oferecida a oficina Sistema de Apoio ao Processo Legislativo.

Criado há 18 anos, o Interlegis ainda oferece a possibilidade para as Casas legislativas de armazenamento de dados no datacenter, a identificação adequada das casas legislativas (domínio “.leg”) e a automação do processo legislativo.

Rádio Senado conta a história de operário assassinado na ditadura

Os 52 anos do golpe civil-militar serão lembrados pela Rádio Senado com a reportagem especial “Fiel: a história sem fim de um operário”, que relata o assassinato do operário Manoel Fiel Filho pela ditadura, em 1976.

A morte de Fiel foi um dos gatilhos para que o presidente Ernesto Geisel comesse a afastar a chamada linha dura do regime e abrisse, ainda que de forma lenta, os caminhos

para a redemocratização.

“A força de segurança não é para matar, não é para desaparecer com as pessoas... É para protegê-las”, diz o senador João Capiberibe (PSB-AP), um dos entrevistados. Familiares e jornalistas também foram ouvidos.

Reportagem Especial

- hoje, às 18h
- reprises amanhã, às 10h, e domingo, às 17h

TV Senado mostra que água mineral paga mais impostos que cerveja

A água mineral acaba pagando mais tributos do que refrigerantes e cervejas. É o que afirmam empresários que participaram de audiência pública na Subcomissão de Mineração. O programa *Em Discussão!* que a TV Senado leva ao ar amanhã aprofunda o debate.

Na audiência, os empresários reclamaram que a falta de definição clara sobre o que é água mineral (minério,

remédio ou alimento) acarreta excesso de legislação, órgãos controladores e exigências impossíveis de cumprir.

O programa *Em Discussão!* é semanal e apresenta opiniões de autoridades e de especialistas sobre assuntos de interesse público como educação, saúde e aposentadoria.

Em Discussão!

- amanhã, às 23h30
- domingo, às 9h e 16h30

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO

9h A sessão de hoje é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Agressor de mulher pode ter que se reabilitar

Proposta da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, que vai à Câmara, altera Lei Maria da Penha para obrigar infrator a frequentar centros de educação

OS AGRESSORES DE mulheres poderão ser obrigados a frequentar centros de educação e de reabilitação se isso for determinado pelo juiz. Essa alteração na Lei Maria da Penha foi aprovada ontem no Senado e segue para a Câmara dos Deputados. A proposta é da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Ao justificar o PLS 9/2016, os senadores da comissão relataram que em uma audiência pública houve relatos de experiências bem-sucedidas de participação de agressores em cursos e encontros nos quais foram discutidos temas como identidade de gênero, machismo e responsabilidade sobre os próprios atos. Daí veio a proposta de tornar essa possibilidade legal.

Os senadores reforçaram que essa prática é adotada em São Paulo, Rio Grande do Norte e Mato Grosso.

Regina Sousa (PT-PI) foi responsável pelo relatório de avaliação das políticas públicas de combate à violência contra a mulher na CDH. Ela apresentou a proposta e destacou a necessidade da reeducação do agressor, constatada no resultado positivo envolvendo 400 homens em um centro de reabilitação, sem nenhuma reincidência de agressão.

— Mas são iniciativas do Ministério Público e da sociedade civil, e a gente entende que têm que ser iniciativas de governo. Por isso apresentei esse projeto importante para a luta das mulheres.

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) estabelece, entre as medidas de proteção à mulher agredida, a separação do agressor e o afastamento da vítima do lar, sem prejuízos aos direitos de bens, guarda de filhos e alimentos. O nome da lei é uma homenagem a Maria

da Penha Fernandes, farmacêutica cearense que lutou por 20 anos para ver seu agressor preso. Em 1983, seu marido, o professor colombiano Marco Antonio Viveros, tentou matá-la duas vezes. Na primeira, atirou nela, simulando um assalto. Na segunda, tentou eletrocutá-la. Por conta das agressões sofridas, ela ficou paraplégica. Dezenove anos depois, o agressor foi condenado a oito anos de prisão. Por meio de recursos jurídicos, ficou preso por dois anos. Solto em 2004, hoje está livre.



Elmano Férrer preside sessão que aprovou, no último dia de março, Mês da Mulher, projetos da chamada pauta feminina

Senado aprova política nacional de estatísticas sobre violência de gênero

Outro texto que integra a chamada pauta feminina e foi aprovado ontem no Plenário é o que cria a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo). O objetivo da proposta (PLS 8/2016) é reunir, organizar e analisar dados sobre esses tipos de casos. O projeto também é de autoria da CDH e segue para a Câmara dos Deputados.

A justificação da proposta define violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseado no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher”.

O projeto integra os órgãos de atendimento à mulher em situação de violência no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O texto também é fruto do acompanhamento das políticas públicas de combate à violência contra a mulher pela CDH, em 2015.

Regina Sousa, quando relatou as políticas na comissão, disse ter encontrado dificuldade “para ter dados consistentes, críveis, porque de cada

lugar tinha um dado diferente para o mesmo assunto”

— Daí a necessidade de um sistema único de dados. Estamos fechando março e é muito importante fecharmos o Mês da Mulher aprovando mais dois projetos da pauta feminina — comemorou a senadora.

Diretrizes

São diretrizes da política nacional a produção ágil e transparente de informações sobre a situação de violência contra a mulher no país e o incentivo à participação social por meio da oferta de dados consistentes, atualizados e periódicos que possibilitem a avaliação crítica das políticas de enfrentamento à violência contra mulheres.

Fazem parte dos objetivos do projeto produzir informações amplas sobre o tipo de violência praticada, como o perfil das mulheres agredidas, o local das ocorrências e as características do agressor.

Outros objetivos são integrar e subsidiar a elaboração e avaliação da Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Para que as metas da política nacional sejam cumpridas, o projeto determina que o poder público crie um cadastro nacional de informações, um banco de dados digital com dados atualizados sobre a violência contra a mulher.

Esse cadastro terá, no mínimo: local, data, hora da agressão, meio utilizado, detalhamento da agressão e tipo de delito; características da agredida e do agressor, como idade, raça/etnia, profissão, escolaridade e relação com o algoz; o histórico de ocorrências registradas pelos órgãos policiais envolvendo violência, tanto da agredida quanto do agressor; e inquéritos abertos e encaminhamentos.

O cadastro terá ainda a quantidade de medidas protetivas pedidas pelo Ministério Público e pela agredida; a quantidade de processos julgados, os prazos de julgamento e sentenças proferidas; as medidas de reeducação e de ressocialização; e os atendimentos prestados à agredida pelos órgãos de saúde, de assistência social, delegacias e organizações da sociedade civil.

O projeto também determina que a implantação da Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres será acompanhada em nível nacional por um comitê formado por representantes dos três Poderes.

Os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão aderir ao plano mediante cooperação federativa.

Origem

O Pnainfo nasceu da ideia do promotor de Justiça Francisco de Jesus Lima, do Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar de Teresina, que desenvolveu o programa para monitorar e criar indicadores das ocorrências no Piauí.

O nome oficial é Sistema de Banco de Dados Leonilda Ferreira, mas é conhecido popularmente como iPenha.

O iPenha é capaz de detalhar as características das agredidas e dos agressores, relatar os tipos de violência mais cometidos e em quais localidades e informar a respeito de inquéritos e processos em trâmite no Judiciário.

Sessão especial homenageará o poeta Thiago de Mello

O Senado vai realizar, no dia 6 de junho, uma sessão especial para homenagear os 90 anos do poeta Thiago de Mello. O requerimento para a homenagem, aprovado ontem no Plenário, é de autoria de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apoiado por outros senadores.

Randolfe disse considerar Thiago de Mello como o maior poeta vivo do Brasil. Ele lembrou que o poeta nasceu em 30 de março de 1926, em Barreirinha (AM), e hoje é considerado

uma referência da poesia brasileira.

Mello foi perseguido pela ditadura militar, tendo se exilado em vários países da América do Sul. Foi no Chile que ele encontrou no também poeta Pablo Neruda um amigo e colaborador. Um chegou a traduzir a obra do outro. Um dos poemas mais conhecidos de Mello é *Os Estatutos do Homem*.

— Thiago de Mello é patrimônio da cultura brasileira e de todos os brasileiros — disse Randolfe.

MP que pune bloqueio de vias tranca a pauta

Foram lidas ontem, no Plenário do Senado, três medidas provisórias que chegaram da Câmara dos Deputados. As MPs, que tratam de alterações no Código de Trânsito Brasileiro e de créditos extraordinários para órgãos do governo, trancam a pauta de votações.

A MP 699/2015 define como infração gravíssima, no código de trânsito (Lei 9.503/1997), a conduta de usar veículo para interromper, restringir ou perturbar deliberadamente a circulação em vias públicas.

De acordo com o texto aprovado, o infrator será punido com multa de R\$ 3.830,80 (20 vezes o valor de uma infração

gravíssima) e suspensão do direito de dirigir por 12 meses. Em caso de reincidência no período de 12 meses, a multa será aplicada em dobro.

Créditos

Já a MP 702/2015 destina recursos para pagar valores devidos em razão das chamadas pedaladas fiscais. A medida abre crédito extraordinário de R\$ 37,69 bilhões para vários ministérios e para encargos financeiros da União.

Parte dos recursos vai para o pagamento de valores devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Ser-

viço (FGTS), que foram fruto de dois acórdãos (825/2015 e 992/2015) do Tribunal de Contas da União (TCU). Esses passivos são as pedaladas fiscais, que centralizaram o debate em torno das contas presidenciais de 2014.

A outra medida que foi recebida ontem pelo Senado é a MP 710/2016, que também abre créditos extraordinários. Os créditos, no valor de R\$ 1,472 bilhão, vão para os Ministérios da Integração Nacional, da Justiça, da Defesa, da Cultura e do Turismo.

Parte dos recursos será destinada a encargos financeiros da União (R\$ 600,1 milhões). (Com Agência Câmara)

Família de autista carece de apoio, indica debate

Pais, terapeutas, ativistas e agentes públicos discutiram ontem eficácia das políticas de atendimento ao autismo

O ACOLHIMENTO DAS famílias de autistas pelas políticas públicas voltadas às pessoas com o transtorno foi tema de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ontem. O debate foi organizado para marcar a passagem do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, celebrado em 2 de abril.

A audiência reuniu pais, terapeutas, ativistas e agentes públicos que militam em torno da causa, incluindo o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS).

— Nunca vou esquecer o dia em que, com a Berenice Piana [mãe de autista e idealizadora da Lei 12.764/2012, a Lei de Proteção aos Direitos do Autista], construímos uma proposta que virou lei. Temos de cobrar sua implantação cada vez com mais veemência — assinalou Paim, que também foi o autor do projeto que resultou no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

A percepção da necessidade de apoio às famílias, e não apenas aos autistas, foi destacada pela psicóloga Joaniciele Brito, coordenadora do Projeto Autismo e Família. A prática no atendimento domiciliar a fez perceber o desgaste físico



Para marcar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, Paim (C) preside audiência com Marisa Cordeiro, Vinicius Mariano, Joaniciele Brito e Adriana Monteiro

e emocional familiar, que acabava prejudicando o trabalho realizado com o paciente.

— O projeto surgiu na tentativa de manter a serenidade da família e equilibrar o ambiente para a criança se desenvolver melhor — resumiu Joaniciele.

Quem compartilha do mesmo sentimento é o ativista Vinicius Mariano, pai de autista e integrante do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab):

— Penso que não se consegue alcançar a criança se não se pensar em sua família. Esse é o princípio para ter uma política pública eficiente.

A mãe de autista e presidente

da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal (AMA-DF), Marisa Cordeiro, fez apelo em favor dos “autistas invisíveis, pessoas que estão enjauladas, amarradas ou drogadas até babar para não dar trabalho”.

— Não existe política pública para atender pessoas com transtorno severo de autismo. O Estado está ausente para tratar autista grave — denunciou.

Lacuna

Apesar de assinalar avanços na assistência terapêutica ao autista, a coordenadora-geral de Saúde da Pessoa com De-

ficiência do Ministério da Saúde, Vera Mendes, admitiu a lacuna no atendimento público aos pacientes adultos, especialmente com quadro mais grave.

— É preciso criar estratégias para acolher essas pessoas e suas famílias, que estão muito sozinhas. A sociedade às vezes encara as pessoas com deficiência como vidas não válidas. Temos de travar uma luta eterna para que a nação de fato respeite a diferença e veja as pessoas com deficiência como cidadãos. E o movimento social é absolutamente responsável por esses avanços.

Blairo defende pesquisa sobre erva-de-são-joão

O senador Blairo Maggi (PR-MT) também lembrou ontem, em Plenário, a passagem do Dia Mundial do Autismo, que será celebrado amanhã, 2 de abril.

A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) para conscientizar as pessoas sobre o transtorno, que atinge 70 milhões de pessoas em todo o planeta.

O parlamentar defendeu pesquisas clínicas com a erva-de-são-joão, pois há evidências de que a planta possa ser usada para minimizar os problemas causados pelo autismo. Apesar de estudos iniciais indicarem que apenas 1% dos autistas possam ser beneficiados com a erva, é preciso incentivar as pesquisas, disse Blairo.

— Não existe cura para o autismo. No entanto, um programa de tratamento precoce, intensivo e apropriado melhora muito a perspectiva de crianças com esse transtorno — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ativistas lutam para transformar direitos em realidade

As pessoas com autismo contabilizam avanços importantes em relação à garantia de direitos na legislação brasileira, mas ainda lutam para transformar muitos deles em realidade. Uma das ativistas empenhadas nessa missão é a mãe de autista, advogada e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo da OAB do Distrito Federal, Adriana Monteiro. A experiência dela foi compartilhada ontem na audiência pública na CDH.

— Hoje a grande dificuldade e anseio dos pais é tirar a Lei

Berenice Piana do papel — afirmou.

Adriana disse que faz trabalho “de formiguinha” para orientar e sensibilizar profissionais (médicos, professores, advogados, juízes) para os desafios do transtorno.

Também com esse espírito tem agido Lennon Custódio, especialista em orçamento público e integrante do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab). Ele cobrou mais agilidade na execução do orçamento voltado ao autismo:

— É preciso liberar recursos para investimento em pesqui-

sa, qualificação de professores, saúde, lazer, esporte e cultura. É inadmissível que uma emenda parlamentar leve um ano para ser liberada. Sou a favor do orçamento impositivo com prioridade de liberação para as pessoas com deficiência.

O direito à inclusão escolar previsto na Lei Berenice Piana — ampliado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), de iniciativa do senador Paulo Paim — também foi cobrado por duas mães de autistas, as professoras Ana Paula Beserra e Viviani Guimarães, integrantes do Moab.

Enquanto Ana Paula apon- tou a carência de monitores nas escolas para auxiliar nas demandas pedagógicas de alunos autistas, Viviani é favorável a uma adaptação curricular que simplifique o conteúdo ensinado e favoreça o aprendizado para a vida.

— É preciso trabalhar o que é essencial para a criança. Buscar o que é mais interessante para ela, falar sem rodeios, respeitar o tempo do aluno. É preciso mudar a forma de ensinar. A inclusão só acontece quando se aprende com a diferença.

Audiência pública vai discutir índices de reajustes dos planos de saúde

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará uma audiência pública para debater os índices de reajuste dos planos de saúde. O encontro está marcado para segunda-feira, às 9h, e atende requerimento do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS). O senador tem demonstrado preocupação com os recentes reajustes

dos planos e com os “valores exorbitantes e proibitivos que vêm sendo cobrados pelas operadoras”.

— É impagável. A situação é de desespero para milhões de pais de família. Saúde é um dos setores com os quais a administração pública não pode brincar. Qualquer descuido e os reflexos sobre a sociedade são devastadores.

Para a audiência, estão convidados o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Planos de Saúde (Abramge), Antonio Carlos Abbatepaolo, e o presidente da Federação de Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal, João Florêncio Pimenta. O coordenador do Movimento Chega de Descaso, Leandro Farias, e o presidente da União Nacional

das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), Luís Carlos Saraiva, também estão na lista de debatedores.

A audiência deve contar ainda com representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e da Defensoria Pública Geral da União. O Ministério

Público Federal, a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde e a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça também devem enviar representantes.

A audiência será interativa e está marcada para a sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Cultivo doméstico de *Cannabis* para consumo é defendido em audiência

Medidas punitivas contra portadores de drogas, segundo participantes de debate, não combatem efetivamente o tráfico e coagem meros usuários

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE civil ouvidos ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) defenderam normas legais com visão mais liberalizante sobre as drogas. Como ajuste a projeto com mudanças no Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad), o PLC 37/2013, foram propostos um aumento no limite de porte de droga a ser usado como critério para diferenciar usuário de traficante e a regulamentação do cultivo e uso da maconha para fins medicinais.

O presidente da Associação Multidisciplinar de Estudos sobre Maconha Medicinal (Amemm), Sérgio Vidal, defendeu uma lei nova só para tratar da regulamentação total do cultivo da *Cannabis* (nome científico para diferentes variedades da maconha), inclusive para uso pessoal recreativo.

— Se um adulto planta um vegetal e consome numa escala privada, não está atingindo nenhuma outra pessoa. Então, realmente, não consigo entender como o Estado se vê no direito de interferir e considerar todos os usuários de drogas como pessoas sem direito de escolha, sem livre arbítrio — criticou.

A comissão já havia realizado na quarta-feira uma primeira audiência para debater o PLC 37/2013. O projeto, do deputado Osmar Terra (PMDB-RS), está sendo relatado na CE por Lasier Martins (PDT-RS), que propôs os debates e dirigiu os trabalhos.

O texto já passou pela Câmara e, no Senado, pela Comissão de Justiça e Cidadania (CCJ). Depois da CE, ainda deve ser analisado por mais três comissões — de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH).

Para os expositores das entidades civis, a legislação vigente é conservadora e punitiva. O advogado Emílio Figueiredo, consultor jurídico do Growroom.net, considera que o projeto, mesmo que seja aperfeiçoado, mantém um viés proibitivo e de coerção criminal sobre as condutas dos usuários.

— Esse PLC é mais do mesmo, não traz qualquer novidade no assunto drogas, pois continua a punição exacerbada, a confusão entre usuário e traficante e a ausência de uma regulamentação segura de acesso às drogas — afirmou.

O substitutivo aprovado pela CCJ incluiu a previsão de um limite de porte de droga

(não apenas maconha) para uso pessoal equivalente ao consumo de até cinco dias, a ser calculado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para que a pessoa flagrada responda como usuário, e não por tráfico.

Mauro Leno, sócio-diretor da *Revista semSemente*, defende que a referência seja uma quantidade para dez dias de

consumo, como havia sugerido o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em debate na CCJ. FHC participa de comitê internacional de notáveis que vem defendendo políticas mais flexíveis sobre drogas, considerando o insucesso da “guerra ao tráfico”.

Para Leno, uma regulamentação muito restritiva por parte da Anvisa, com base

no parâmetro de cinco dias, pode resultar em quantidade pequena da substância. Nesse caso, avalia, a tendência seria aumentar a criminalização de simples usuários pegos com um pouco mais de droga. Para se manter dentro da lei, o usuário será forçado a ir mais frequentemente ao narcotraficante para comprar, aumentando a exposição a riscos.



Emílio Figueiredo, Lasier Martins, Mauro Leno, Leandro da Costa Fialho e Sérgio Vidal em debate na Comissão de Educação

Debatedores criticam custo para importar medicamentos

Pela legislação, consumir drogas é crime, mas a pena se limita a medidas socioeducativas, sem prisão. Ainda assim, segundo os convidados, muitos usuários vão para a cadeia, seja por erro de aplicação da legislação, seja por distorções que tendem a penalizar mais severamente pessoas pobres e negras.

Para Mauro Leno, da *Revista semSemente*, o problema “mais danoso” de se definir uma quantidade de porte de drogas para consumo em cinco dias como distinção entre usuário e traficante seria “a microcapilarização do sistema de tráfico”.

— Isso promoveria um aumento de pessoas na escala

mais baixa na hierarquia do narcotráfico, pois seriam necessários mais distribuidores para essa quantidade pequena — avalia.

Segundo Leno, a mera regulamentação da importação de medicamentos com substâncias extraídas da *Cannabis* (como o canabidiol, usado em casos raros de epilepsia) não resolve o problema de quem precisa desses remédios, pois importar representa um alto custo para as famílias e para o Sistema Único de Saúde (SUS). Por isso, ele defende condições legais para o cultivo da matéria-prima e a fabricação de similares no Brasil.

— O projeto deve manter a importação, mas também

atribuir à União poderes para regulamentar o plantio, o cultivo, a colheita e também o comércio da *Cannabis* para fins medicinais — sugeriu.

Segundo o advogado Emílio Figueiredo, a legislação vigente já prevê a possibilidade de cultivo e produção para fins medicinais e científicos, mas a Anvisa nunca propôs uma regulamentação.

— A agência se limitou a regularizar as importações, inclusive de produtos que desconhece, enquanto as portas continuam fechadas para a produção e a pesquisa nacional. Se não mudar a política, vamos ficar à mercê das importações, pagando royalties ao exterior — disse.

Ministérios têm ações preventivas também contra o álcool

O coordenador-geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, Valencius Wurch Duarte Filho, apresentou as estratégias do governo para prevenção e cuidados aos usuários de drogas.

Citou os programas e serviços que funcionam em parceria com estados e municípios e uma rede de 2.382 Centros de Atendimento Psicossocial (Caps), que cobrem hoje cerca

de 1,6 mil municípios.

Do total de óbitos no país causados por substâncias que atuam no sistema nervoso, 97% são provocados pelo álcool, segundo dados oficiais citados por Duarte Filho. Dados de 2011 mostravam que 70% dos adolescentes já tinham experimentado álcool e 27% faziam uso regular de produtos alcoólicos.

Pelo Ministério da Educação, Leandro da Costa

Fialho, coordenador-geral de Educação Integral, disse que a prevenção ao uso de drogas é o foco do trabalho da pasta.

Fialho destacou o cuidado com a abordagem sem “preconceitos ou falácias” do tema com estudantes. Reconheceu ainda que políticas de prevenção precisam ser articuladas com as áreas social e da saúde, vinculando também as famílias dos jovens e crianças às ações.

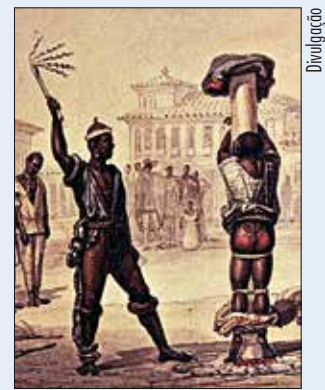


Ilustração do século 19 mostra escravo açoitado em público

Arquivo Saborda a pena de morte durante o Império

O *Arquivo S* que o **Jornal do Senado** publicará na segunda-feira tratará dos 140 anos da execução da última pena de morte do Brasil.

O escravo Francisco foi enforcado por assassinar o capitão da Guarda Nacional João Evangelista de Lima e sua mulher. O enforcamento ocorreu em Pilar (AL), em 28 de abril de 1876.

Francisco foi condenado com base numa lei de 1835. Considerada uma das normas mais bárbaras que o país já teve, previa a pena de morte para o escravo que matasse ou ferisse seu senhor. Ao longo do Império, centenas de escravos foram levados à forca.

Com base em documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, o *Arquivo S* mostrará como os senadores da época enxergavam a lei.

Todas as reportagens: <http://bit.ly/arquivos>

Hélio José relata viagem que fez ao Japão

Hélio José (PMDB-DF) relatou uma visita que fez ao Japão, entre os dias 18 e 29 de março. A visita não implicou despesa para os cofres do Brasil, já que foi bancada pela embaixada japonesa.

O Japão, destacou senador, é o sexto maior parceiro comercial do Brasil. Ele defendeu o fortalecimento dessa relação, com o Brasil exportando mais matéria-prima e alimentos e importando itens de tecnologia, como equipamentos de geração de energia solar.

— Vamos melhorar essa relação e trazer investimentos japoneses para o país — disse Hélio José.



Moreira Mariz/Agência Senado

Senadores querem MP sobre o cadastro rural

Prazo para adesão de imóveis rurais já foi prorrogado pelo tempo máximo previsto em lei. Mesmo assim, ainda falta a inscrição de mais da metade dos estabelecimentos

O PRAZO PARA adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) acaba em 35 dias, mas ainda falta a inscrição de mais da metade dos cerca de 5,4 milhões de estabelecimentos rurais do país. Para dar mais tempo aos donos desses imóveis, senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) defendem a prorrogação do prazo por meio de medida provisória (MP).

O CAR é obrigatório para todos os imóveis rurais e deveria ter sido concluído em maio de 2015, um ano após ser implantado. Frente à baixa adesão à época, o governo concedeu mais 12 meses, tempo máximo de prorrogação via medida administrativa, como determina o novo Código Florestal (Lei 12.651/2012).

Para uma nova extensão de prazo, o código precisa ser modificado e os parlamentares temem que não haja tempo para que isso seja feito por meio de projeto de lei.

Em debate ontem na CRA, a prorrogação do prazo foi defendida pelo presidente da Associação das Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), Eugênio Spengler. Mas a possibilidade não está nos planos do Ministério do Meio Ambiente, segundo



Deusdará Filho, Ana Amélia e Rodrigo de Brito debatem possível prorrogação de prazo para o Cadastro Ambiental Rural

Raimundo Deusdará Filho, diretor do Serviço Florestal Brasileiro, órgão responsável pelo cadastro.

— Trabalhamos com a perspectiva do que está fixado na lei, que é o prazo de dois anos, que vence dia cinco de maio de 2016 — frisou.

Deusdará informou que 269 milhões de hectares já estão cadastrados, o que representa 68% da área passível de cadastramento, e disse acreditar que haverá crescimento do ritmo de adesão nos próximos dias.

Já Spengler reconheceu que os governos estaduais não conseguiram prestar o apoio necessário para o cadastramento das pequenas

propriedades.

— Os estados não estavam preparados com pessoal, estrutura administrativa e recursos suficientes. Nós tivemos dificuldade de nos estruturar para atender e, por isso, entendemos que é fundamental a prorrogação — disse.

Limite

Na avaliação de Rodrigo Justo de Brito, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a maioria dos médios e grandes agricultores já fez o CAR. Entre os que ainda não cumpriram a exigência, disse, predominam pequenos agricultores.

Na opinião de Waldemir

Moka (PMDB-MS), a prorrogação é necessária, mas deve ser a última.

— Não podemos prorrogar indefinidamente. Que se dê um prazo suficiente e avise quem não fizer o cadastramento sofrerá sanções — opinou.

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), disse ser fundamental a credibilidade sobre o limite da extensão do prazo.

Blairo Maggi (PR-MT) alertou para dificuldades de acesso a crédito e a outras políticas públicas que enfrentarão os agricultores que não cadastrarem suas propriedades. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que problemas de regularização fundiária também dificultam

o cadastramento. Propriedades em litígio judicial não conseguem inscrição no CAR, exemplificou.

Regularização

Autor do requerimento para realização do debate, Donizeti Nogueira (PT-TO) destacou a importância dos programas de regularização ambiental (PRA) para recuperação de áreas que foram desmatadas além do permitido em lei.

O senador observou, no entanto, que a implantação desses programas depende da aprovação de regras específicas nos estados. Como explicou, o Decreto 7.830/2012 estabeleceu normas gerais para os PRAs, mas cada governo estadual deve prever regras que contemplem especificidades locais.

— O governo federal já fez a parte dele, agora os estados também têm que fazer — disse.

Deusdará informou que 54% dos imóveis já inscritos no Cadastro Ambiental Rural solicitaram adesão voluntária ao PRA. Como observou, os donos desses imóveis rurais reconhecem a existência de passivo ambiental em suas propriedades e assumem o compromisso de resolver o problema.

Instalada comissão sobre Justiça Antidopagem

A comissão responsável pela análise da Medida Provisória (MP) 718/2016, que cria a Justiça Desportiva Antidopagem, elegeu ontem, por aclamação, o senador Humberto Costa (PT-PE) para presidir o colegiado. O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) ocupará a vice-presidência. O relator será o deputado Celso Jacob (PMDB-RJ) e o relator-revisor, o senador Telmário Mota (PDT-RR).

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), informou que a escolha dos cargos seguiu acordo de lideranças.

Editada pelo governo federal, a MP altera normas tributárias e de controle de dopagem com foco nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. A MP cria a Justiça Desportiva Antidopagem e estabelece as compe-

tências da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), entre as quais está conduzir os testes e fazer a gestão dos resultados.

A medida também ajusta a legislação para permitir que embarcações desti-

nadas à hospedagem nos jogos sejam consideradas, para fins tributários e aduaneiros, navios estrangeiros em viagem de cruzeiro pela costa, admitidos no país sob o Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária.



Senador José Pimentel (D), líder do governo, e o deputado Carlos Zarattini, que será relator da MP

Colegiado debateu direitos humanos com parlamentares suecos

Uma delegação de parlamentares da Suécia participou na terça-feira de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Foram discutidos temas como direitos dos trabalhadores, idosos, negros, violência doméstica e carcerária e participação política.

A Suécia é o quarto país com maior participação de mulheres na política: elas são 45% no Parlamento. O presidente da Comitativa de Constituição do Parlamento da Suécia, Björn von Sydow, afirmou que, desde 2008, a Suécia definiu prioridades nas pautas de direitos humanos. O resultado dessas ações foi o fechamento de quatro prisões e a redução no número de detentos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Zika, desastres e obra em rio têm crédito extra

Medida provisória liberou mais de R\$ 1,3 bilhão para programas de gestão de riscos, transposição do São Francisco, combate ao *Aedes* e ajuda a vítimas do desastre em Minas

O PLENÁRIO APROVOU ontem a proposta que libera R\$ 1,318 bilhão para os Ministérios da Saúde, da Agricultura, da Defesa, da Integração Nacional, da Cultura, do Turismo e do Esporte, para as Secretarias de Aviação Civil e de Portos e para transferências a estados e municípios.

O texto aprovado é do projeto de lei de conversão (PLV 5/2016) proveniente da Medida Provisória 709/2015. A maior parte dos recursos — R\$ 747,5 milhões — foi destinada ao Ministério da Integração Nacional, para ser utilizada em programas de gestão de riscos e respostas a desastres (R\$ 720 milhões). Parte do dinheiro também será usada nas obras de transposição de águas do Rio São Francisco.

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), no entanto, faltou preocupação do governo com a revitalização do rio.

— O Rio São Francisco não está sendo objeto de preocupação por parte dessa MP com relação aos investimentos de revitalização, fundamentais para que a Bacia do São Francisco continue a ter água suficiente para os projetos de irrigação, inclusive para a transposição do [rio] São Francisco — disse o senador na quarta-feira, quando foi iniciada a discussão do texto.



Canais e túneis transpoem águas para atender municípios no Nordeste que sofrem com a seca: obra no Rio São Francisco é uma das ações beneficiadas pela MP 709

Ao Ministério da Saúde foram destinados R\$ 237,9 milhões, a serem usados no Sistema Único de Saúde (SUS). No Ministério da Defesa, o crédito de R\$ 143,4 milhões permitirá apoiar, por pelo menos três meses, a operação do Exército no combate ao *Aedes aegypti*, transmissor dos vírus da dengue, da zika e da chicungunha.

As transferências para estados e municípios são para recomposição de pagamentos referentes à Lei Kandir (Lei

Complementar 87/1996), que regulamentou a cobrança de ICMS e instituiu isenção para produtos destinados à exportação. Segundo Paulo Bauer (PSDB-SC), relator do texto no Senado, grande parte dos recursos cobrirá valores já empenhados. Para o senador, a MP apenas convalidou e legalizou um ato já praticado.

Desastre em Mariana

Na Câmara dos Deputados, a MP 709/2015 foi modificada para redirecionar R\$ 23 mi-

lhões para auxiliar municípios do Espírito Santo atingidos por rejeitos de minérios que vazaram com o rompimento da barragem da mineradora Samarco em Mariana (MG) e comprometeram o Rio Doce. Os recursos serão aplicados em projetos ligados à agricultura familiar, a projetos turísticos, à infraestrutura de esporte educacional e a hospitais filantrópicos.

Os R\$ 23 milhões redirecionados foram retirados da dotação que seria destinada

ao Ministério do Turismo (inicialmente prevista em R\$ 72,75 milhões).

A alteração gerou polêmica durante a análise da medida provisória na Comissão Mista de Orçamento (CMO), porque o governo já havia empenhado R\$ 69,22 milhões, o que comprometeria o remanejamento.

Com a aprovação da mudança no Senado, cabe agora ao governo federal encontrar uma saída técnica para atender as emendas direcionadas ao Espírito Santo.

Especialistas pedem cautela em acordo sobre refugiados sírios

O governo brasileiro deve ser bastante cauteloso na negociação em curso com a União Europeia para receber refugiados da guerra civil na Síria, recomendaram os participantes de audiência pública, promovida ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O debate sobre a situação política no Oriente Médio foi presidido por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Já foram concedidos pelo governo brasileiro cerca de 9 mil vistos a refugiados sírios. Mas

apenas 2,5 mil se instalaram no país, segundo informou o representante do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Fernando José Marro de Abreu. A quantidade é pequena, quando comparada aos 600 mil refugiados que se encontram na Jordânia e aos 800 mil que estão no Líbano. Mesmo assim, preocupa os participantes da reunião a capacidade brasileira de receber esses refugiados.

Na opinião da professora de história árabe Arlene Elizabeth Clemesha, da Universidade

de São Paulo (USP), o Brasil só deve receber sírios que ainda não estão em território europeu.

— Temos que receber refugiados que estão saindo da Jordânia, do Líbano e da Turquia. Imagine uma pessoa que atravessou o Mar Mediterrâneo em um bote inflado, chegou à Alemanha, não conseguiu ser integrada e acaba aceitando vir para o Brasil porque não tem nada melhor. Devemos dar prioridade aos que ainda não conseguiram chegar à Europa. O Brasil não

deve fazer um acordo que seja conveniente apenas para a União Europeia, e não para nós — alertou Arlene.

Inserção

Para o professor Hussein Kalout, da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, o Brasil já passou por um teste ao receber mais de 40 mil refugiados do Haiti, país que também enfrentou sérios problemas de instabilidade política. Porém, a situação agora é bastante diferente, até pelo tipo de refugiados que seriam recebidos pelo Brasil, considera.

— Os refugiados sírios são de uma classe média qualificada, com uma perspectiva diferente de inserção da de quem veio do Haiti. O Brasil precisa ter um projeto claro de como fazer essa inserção. O acordo não pode ser para resolver problemas da Alemanha ou da Europa. Hoje eles precisam se livrar do problema de não ter como receber os refugiados, querem escoá-los para o Brasil. Se o Brasil trouxer refugiados sem assistência de saúde, psicológica e educacional, vamos frustrar expectativas — ressaltou.

Autora do requerimento para a realização da audiência, Gleisi Hoffmann (PT-PR) admitiu que o Brasil precisa ter estrutura para receber os refugiados, mas lembrou que nem sempre é possível montar essa estrutura a tempo. Ela informou que muitos sírios estão indo para o Paraná, onde será realizada, no dia 8, audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos do Senado (CDH) e da Assembleia Legislativa estadual para debater as melhores maneiras de auxiliar os refugiados da Síria.

Cristovam Buarque (PPS-DF) relatou visita que fez à fronteira da Turquia com a Síria, após lançamento de livro de sua autoria em Istambul. O senador observou que, ao contrário de outros países onde também existe o problema de refugiados, as pessoas com quem conversou na fronteira tinham bom nível de educação e, em alguns casos, falavam línguas estrangeiras como inglês ou francês.

— Essas pessoas fugiam da guerra, não da pobreza. O problema ali é a guerra, não a pobreza.



Fernando Marroni de Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Arlene Clemesha e Hussein Kalout na Comissão de Relações Exteriores

Processo de deposição da presidente Dilma foi discutido no lançamento do grupo parlamentar que visa barrar propostas prejudiciais aos trabalhadores e em discursos no Plenário

Críticas ao impeachment na frente pró-trabalho

SENADORES E DEPUTADOS lançaram ontem a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores. Presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a reunião ocorreu na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Na audiência, parlamentares e representantes de sindicatos criticaram o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, a que chamaram de golpe. Para eles, a saída de Dilma vai resultar na perda dos direitos dos trabalhadores e das conquistas sociais obtidas no governo do PT.

— Na realidade, a discussão do impeachment, a discussão da retirada da presidenta nada mais é do que uma discussão para que se flexibilizem as conquistas que nós fizemos. E nós não podemos deixar isso voltar atrás. Nós precisamos firmar nosso compromisso com as conquistas que foram realizadas nos últimos anos pela luta dos trabalhadores —

disse a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Gleisi, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), disse que vai resistir no colegiado a projetos que retirem direitos dos trabalhadores.

O único a se manifestar a favor do processo de impeachment foi o senador José Medeiros (PSD-MT). Ele disse que se trata de um trâmite regular, desenvolvido de acordo com as normas constitucionais. Também criticou a tentativa de divisão do país entre “golpistas” e os que sofrem o “golpe”.

— Juntos sairemos mais fortes. Inclusive não podemos confundir os direitos e a luta pelo trabalhador com esse processo — afirmou.

Paim ponderou, no entanto, que a frente parlamentar será permanente e seus trabalhos independem do resultado do impeachment.

De acordo com ele, a frente parlamentar vai fortalecer o diálogo dos representantes dos trabalhadores com os

parlamentares. O objetivo principal é combater propostas que limitem os direitos trabalhistas.

Paim citou o projeto da terceirização (PLC 30/2015) e o que trata do trabalho escravo (PLS 432/2013) como algumas das proposições que podem prejudicar os trabalhadores. Ele acrescentou que outros temas em debate no Congresso apontam para ameaças aos direitos da classe trabalhadora, como o desmonte do sistema sindical, a flexibilização da legislação trabalhista (com a prevalência do negociado sobre o legislado) e a reforma da Previdência. Ao todo, completou, 55 propostas em andamento podem trazer prejuízo aos trabalhadores.

Além de Paulo Paim, Gleisi Hoffmann e José Medeiros, compareceram à reunião na CDH e tornaram-se integrantes da frente parlamentar os senadores Donizeti Nogueira (PT-TO), Regina Sousa (PT-PI) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



João de Araújo/Agência Senado

Artistas, intelectuais, parlamentares e representantes de movimentos sociais apoiadores da manutenção do governo da presidente Dilma Rousseff reuniram-se na tarde de ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros. O senador disse que as disputas políticas muitas vezes são saudáveis, mas que não se pode permitir que esse processo ultrapasse os limites da Constituição e fragilize a democracia.

— Saibam dos meus compromissos com a democracia, saibam do papel, o qual eu entendo que devo desempenhar como presidente do Congresso Nacional, que é agir, não tenham a menor dúvida, em defesa da democracia — afirmou Renan.

Ministro falará sobre alertas de golpe feitos a partir do Itamaraty

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, deverá comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para explicar o envio de telegramas às representações brasileiras no exterior recomendando a difusão de mensagens alertando para um possível golpe no Brasil. Apresentado pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o requerimento

de convite ao ministro foi aprovado ontem pela comissão.

Os telegramas, segundo noticiado pela imprensa, foram enviados pelo ministro Milton Rondó Filho, responsável, no ministério, pela área de combate à fome. Um dos telegramas menciona a “profunda preocupação” do diplomata com os rumos do processo político no país.

Lindbergh condena pedido de deposição

Lindbergh Farias (PT-RJ) voltou a criticar o processo de impeachment da presidente Dilma, que definiu como “golpe”, e o programa *Uma ponte para o futuro*, do PMDB.

Para ele, o vice-presidente Michel Temer e o presidente da Câmara,

Eduardo Cunha, quem põem em prática um projeto “ultraliberal” e “antipovo”.

— Após se pagar a dinheirama bilionária para se fazer um grande superavit primário, se decidirá se há ou não recursos para pagar saúde e educação — disse.

Governo destrói conquistas, afirma Cássio

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), fez uma retrospectiva dos últimos 31 anos, tempo decorrido desde o fim da ditadura militar instituída em 1964.

O senador avaliou que conquistas como a esta-



Morieiro Mariz/Agência Senado

bilidade econômica obtida pelo ex-presidente Fernando Henrique e melhorias sociais iniciadas no governo do PSDB e ampliadas por Lula estão sendo destroçadas pela condução da economia na era Dilma.

Gleisi compara momento atual a 1964

Gleisi Hoffmann (PT-PR) lembrou que ontem foram completados 52 anos do golpe militar que deu início a um regime ditatorial de 21 anos. A senadora comparou o momento atual do país aos dias vividos em 1964.

— Eu não podia deixar de registrar a coinci-

dência dos fatos e da história. No mesmo dia 31 de março nós estamos debatendo aqui a possibilidade efetiva de o Brasil sofrer um golpe, que, na minha opinião, é pior do que o golpe militar, porque é um golpe travestido com as cores democráticas.

Desemprego é pior efeito, diz Ana Amélia

A pior consequência da política econômica equivocada é o desemprego, disse Ana Amélia (PP-RS). A senadora acredita ser essa uma das razões por que, em pesquisa do Ibope com trabalhadores que recebem até um salário mínimo, 62% dos entrevistados

consideraram o governo ruim ou péssimo.

— São trabalhadores que ganham até um salário, não é a elite.

Para ela, o país não pode continuar vivendo em clima de incerteza política. Por isso, defendeu agilidade no processo do impeachment.

Vanessa: acusações a Dilma são falhas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) explicou que o processo de impeachment nada tem a ver com corrupção. O que se pretende, segundo ela, é punir a presidente por causa das pedaladas fiscais e da liberação



Jefferson Rudy/Agência Senado

de créditos suplementares sem autorização do Congresso.

Como as pedaladas foram usadas por outros governos, ela considera falhas e ilegais as acusações de crime de responsabilidade contra a presidente.

Para Lasier, destituição tem base legal

O processo de impeachment tem base jurídica, afirmou Lasier Martins (PDT-RS).

— As pedaladas foram visivelmente opções ilegais — justificou, dizendo que o governo desrespeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal ao tomar empréstimos de

instituições controladas por ele.

Além disso, avaliou o senador, Dilma escondeu a realidade econômica do país, que ela sabia não estar bem, para não prejudicar sua campanha à reeleição. Para Lasier, isso significa estelionato eleitoral.

Paim cobra discussão de soluções

Paulo Paim (PT-RS) manifestou apoio à instalação de uma CPI sobre as doações ilegais da Odebrecht a campanhas eleitorais, reveladas pela Lava-Jato.

O senador disse esperar que o país consiga resolver com rapidez a questão do impeachment,

pois a controvérsia tem deixado o país paralisado.

Paim lamentou que, num cenário que definiu como de “lambança generalizada”, o assunto único do Congresso seja a troca de acusações. Ele cobrou a discussão de soluções para a crise econômica.

Randolfe defende novas eleições

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defendeu a convocação de novas eleições presidenciais. Para ele, é a única alternativa possível para a situação dramática que o país está vivendo.

Dizendo-se contra o impeachment, ele res-



Morieiro Mariz/Agência Senado

saltou que a nova eleição atende os dois lados das manifestações, que lutam por reformas na política.

— É necessário ocorrer um freio de arrumação. Esse freio é que realizemos novas eleições ainda este ano — disse.

Medeiros questiona defensores de Dilma

José Medeiros (PSD-MT) fez críticas aos argumentos de governistas contra o impeachment.

Para ele, a democracia nunca esteve tão forte e não é possível chamar de golpe um processo previsto na Constituição.



Morieiro Mariz/Agência Senado

— Criaram essa peça chamada golpe. É o Meu Golpe, Minha Vida.

Ele disse que defensores do PT tentam transformar casos de polícia, como as denúncias contra Lula, em caso de perseguição política.